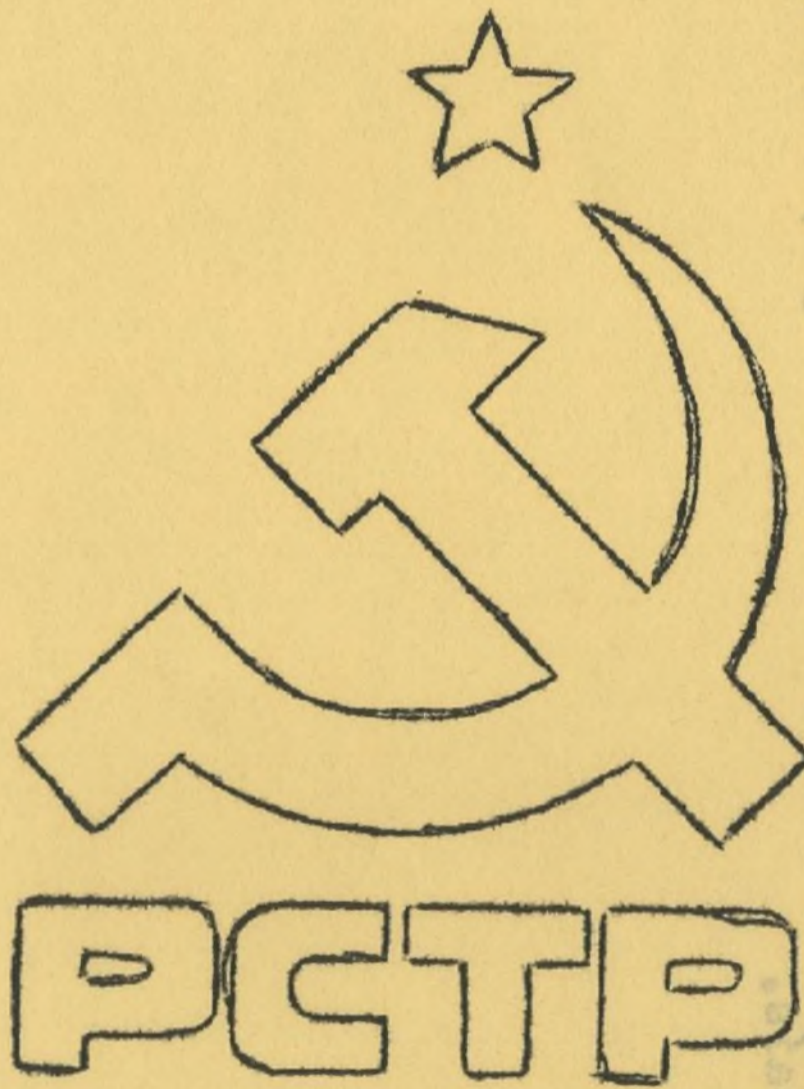


INTERVENÇÃO DO

Camarada **FERNANDO ROSAS**

Membro do Comité Permanente
do Comité Central e Director do
"LUTA POPULAR"



FUNCHAL, 5 de JUNHO / 79

Endereço as minhas saudações comunistas a todos os elementos do povo que quiseram comparecer na nossa sessão de esclarecimento, para tomar contacto com as nossas posições políticas sobre alguns problemas importantes da política do país e regional.

A nossa posição sobre o Orçamento

Gostaria de começar por abordar um facto curioso que marca os últimos dias da nossa vida política e que consiste no aparente milagre da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) por parte de um Parlamento onde todos os partidos políticos nele representados dizem estar contra o mesmo Orçamento. O OGE que vem de ser votado pela Assembleia da República mereceu público repúdio por parte do P" C " P que, no entanto, tirou a tempo uma moção de censura que poderia ter impedido o Orçamento de ser aprovado. Teve público repúdio por parte do partido "socialista" que, no entanto, com a sua abstenção o fez passar. Teve público repúdio por parte do PPD que, no entanto, se absteve para que ele fosse aprovado e teve mesmo da parte do CDS, público .. ainda que parcial, repúdio o que não impediu que ele na Assembleia da República votasse a sua passagem.

Temos assim o aparente paradoxo de uma Assembleia da República onde toda a gente diz estar contra o Orçamento, porque o Orçamento não agarada às massas, e é na realidade um documento profundamente anti-popular, mas onde todos os partidos, falando por uma boca para o povo dizem que o Orçamento não presta e se deve votar contra, e, falando com outra boca entre eles, acabam de fazer votar e fazer passar o Orçamento na Assembleia da República.

Alguma coisa está, na realidade, mal dentro de um sistema e dentro de um conjunto de partidos que para o povo dizem que o Orçamento não presta e prometem impedir que ele seja aprovado e quando se trata da hora da verdade, de o fazer passar ou não fazem-no passar através da votação na Assembleia da República.

É preciso, primeiro, ver um ponto que me parece importante: o que é que traz este Orçamento? O que é que é o Orçamento?

O Orçamento, como pretendem um certo número de partidos da Assembleia da República, limita-se a um conjunto de somas e diminuições, uma arrumação mais ou menos técnica de verbas que respeitam às despesas públicas do Estado e do Governo, ou é um documento político realmente importante e acerca do qual é preciso que o Povo Português conheça o que contém e se possa pronunciar acerca dele? Ou seja, o Orçamento Geral do Estado é uma coisa acerca do qual se possa passar por cima ou é, na realidade um documento político importante? É evidente que é um documento político de maior importância.

No Orçamento Geral do Estado está resumida e concentrada toda a política de um governo. Nenhum governo pode governar sem ter o OGE aprovado. Do OGE constam as receitas que o governo se propõe cobrar, como se propôs cobrá-las, e constam as despesas, ou seja a maneira como ele vai gastar as receitas que se propôs cobrar. Propõe-se recolher uma certa verba em receitas e explica como é que o vai fazer e explica também onde vai gastar esse dinheiro que, quanto ao essencial, vai buscar aos nossos bolsos. Portanto, não é por acaso que o Orçamento é normalmente apresentado sob uma capa mais ou menos complicada de números, taxas, contas e esquemas, destinados exactamente, através dessa complexidade, a que o povo, o contribuinte normal, mal se possa aperceber daquilo que lhe cai em cima. Por exemplo, o OGE, que na passada semana, foi votado na Assembleia da República contém nada mais nada menos que um avrramento relativamente ao ano passado de 24% nos impostos. Ou seja, os impostos vão aumentar 24%, e relativamente a há 2 anos, não aumentar em 75%.

O novo OGE contém novos impostos que os outros Orçamentos não traziam: o imposto de 30% sobre o 13º mês, o imposto de 40% sobre o tabaco, os espetáculos e outras actividades culturais, um imposto sobre os transportes, que vai acarretar um aumento dos transportes em todos os pontos do País, um imposto profissional que passa também a ser cobrado aos funcionários públicos e a todos os rendimentos do trabalho, etc, etc.

Quanto aos impostos que existem já disse que há um aumento geral de 24% relativamente ao ano passado, o imposto do selo por exemplo aumenta mais 20%, há um aumento do imposto complementar em mais 10% e outras tributações são também previstas aumentas. Relativamente a certas regalias, regalias importantes, o novo Orçamento também prevê agravamentos, por exemplo, o subsídio de aleitação que era concedido às mães nos primeiros meses após o parto é retirado ou substancialmente reduzido ponto que o subsídio de aleitação passa a 200\$00, o que não dá para comprar a maioria dos leites em pó que se vendem, das marcas actualmente no mercado.

Comparativamente com isto, enquanto aumenta impostos que já existiam, cria novos impostos e retira certas regalias, o novo Orçamento prevê uma diminuição real das verbas, relativamente a algumas actividades essenciais, por exemplo, no que toca às despesas com a Habitação, às despesas com a Assistência social, às despesas com a Saúde, às despesas com a Educação. O aumento salarial que o Orçamento prevê é de tal maneira pequeno, quer desde que tomemos em conta a desvalorização da moeda que existe, o que significa é que relativamente a certas tarefas essenciais da vida social e económica, há um certo número delas que vão ter, na realidade, menos verba este ano que a verba que tiveram o ano passado. Ou seja, se o problema da Habitação, da Saúde, dos transportes, da Assistência, etc. já sofria de grandes carências,

através do Orçamento que acaba de ser aprovado na semana passada, todos esses sectores essenciais da vida das massas sofrem em termos reais reduções, ou seja, sofrem agravamentos. No entanto, por um lado aumenta os impostos, retira regalias, retira verbas às actividades essenciais à vida das massas, o novo Orçamento não se mostra tão avaro relativamente a outros sectores da actividade. Por exemplo, o novo Orçamento aumenta em 400.000 contos as despesas da Assembleia da República, sem contar com os salários dos deputados, ou seja, só neste ano que vai entrar e para além de cada deputado ganhar neste momento 30 contos, a Assembleia da República vai ter um acréscimo de 400.000 contos para a parasitagem que nela tem assento poder representar. Por exemplo, as despesas com a Presidência do Conselho de Ministros, ou seja com o 1º Ministro, sofreu um aumento superior a 100.000 contos. Só para o Gabinete do 1º Ministro, este ano, vão mais 100.000 contos que o ano passado e assim sucessivamente, para o Conselho da Revolução e para várias despesas de representação de toda esta parasitagem.

Por exemplo, também o Orçamento Geral do Estado se mostra particularmente generoso no que toca ao aumento das verbas com os polícias, com a GNR, com a P" S " P e com as Forças Armadas: 15% do OGE vão para o reforço das despesas com as Forças Armadas, as polícias, 38,5 milhões de contos é quanto vai ser tirado aos impostos para reforçar as polícias, isto, depois de o País ter passado por uma guerra colonial, de se ter feito, dizem eles, o 25 de Abril para acabar com a guerra e com as consequências das despesas da guerra.

Em termos gerais e em termos percentuais, as despesas com o reforço da tropa e da polícia são sensivelmente iguais àquelas que se faziam antes do início da guerra. Um Orçamento destes também, por exemplo, prevê que enquanto 15% são para as polícias 19% deste Orçamento vai ser para pagar os encargos da dívida pública, ou seja, cada cidadão vai ter que pagar em média 17 contos de juros dos empréstimos que o Governo já contraiu.

Por outro lado este Orçamento apoia-se num certo número de medidas políticas e económicas que este Governo já adoptou. Por exemplo, de acordo com o plano que este Orçamento executa, o desemprego que neste momento se cifra já num número superior a meio milhão de pessoas, de acordo com a política do Governo, cujo Orçamento vem de ser aprovado, o desemprego não pode ser diminuído, o Governo não se comete a diminuir o desemprego.

A inflação, que a ano passado atingiu 22% e este ano já atingiu 25%, ainda até este mês já vai em 25%, é considerada também por este Orçamento e por este Governo que o faz, como um facto imutável, ao ponto de o Governo se propôr congelar os salários, ou seja, proibir que haja aumentos de salários acima de 20% apesar de os preços, só nesta altura do ano, já irem em 25%. Por outro lado, também a estagnação económica é um dado face ao qual o governo diz que não há solução. O ano passado o desenvolvimento do país cifrou-se numa média de 2%, praticamente não houve desenvolvimento económico, este ano a taxa de crescimento do país é 0%, isto porque o governo fez um acordo com os imperialistas do F.M.I. que, através das taxas de juro, através da proibição dos investimentos, através duma série de limitações, na prática e na realidade, impedem qualquer hipótese de desenvolvimento económico, industrial, comercial, etc. O dinheiro está mais caro do que nunca, o fisco é mais elevado do que nunca e qualquer empreendimento ou investimento industrial é praticamente proibitivo a não ser para os grandes capitalistas. Finalmente, este Orçamento parece conceder um rebufado, que é a Lei das Finanças Locais, sendo que quanto às Finanças Locais, é preciso que se diga o seguinte: a Câmara Municipal do Funchal, por exemplo, passa a ter todas as responsabilidades por fazer estradas, assegurar os transportes, cumprir um certo número de necessidades indispensáveis à vida das massas, hospitais, estradas, escolas, transportes, etc.

O Estado acaba com todas as participações e com todas as verbas para apoio a essa actividade municipal e diz então que isto é uma grande conquista, ou seja a Câmara Municipal do Funchal e outras do País ficam com poucas mais receitas que aquelas que tinham, sendo que o Estado cessa praticamente toda e qualquer participação para essas actividades.

A vida municipal, as despesas municipais e a defesa dos municípios sofre um golpe violentíssimo com a inclusão no OGE das normas aprovadas a semana passada, também no que toca à Lei das Finanças Locais. É evidente que agora um problema põe-se e é este: mas então como é que aconteceu para que este Orçamento, que é o pior Orçamento jamais lançado para as costas dos trabalhadores portugueses, como é que este Orçamento pode passar? É evidente que este Orçamento passa, antes do mais, porque todos os partidos da Assembleia da República, a despeito de dizerem estar contra ele, estão na realidade a favor, apoiam-no. Basta ver isto: o Partido "Socialista", partido que diz estar absolutamente contra este Orçamento, mas que o deixou passar tal como ao 4º Governo, absteve-se e deixou-o passar. Este partido é o responsável por ter lançado para as costas do Povo Português, antes das medidas do Governo Mota Pinto, aumentos de impostos, de 77 para 78 de 40%, uma inflação em 77 de 40%, desemprego na ordem de 500.000 trabalhadores e foi o Governo que fez, no fundo, o Acordo com o FMI. Quer dizer, não há neste Orçamento, na política deste Orçamento nenhuma diferença essencial das medidas políticas já tomadas pelo partido "socialista" quando em 76, em 77 e em parte de 78 esteve no Governo.

Estas medidas limitam-se a ser o prolongamento, o desenvolvimento das medidas que o Governo "socialista" adaptou quando estava no Governo. Como então podia o partido "socialista" estar contra este Orçamento, a não ser demagogicamente?

o P"S" tenha deixado passar este Orçamento.

O partido dito comunista também diz estar contra este Orçamento, que este Orçamento é mau, mas então, pergunta-se porque é que o partido do dr. Barreirinhas Cunhal exactamente na semana antes do Orçamento ser votado convocou uma manifestação do 1º de Maio em Lisboa a dizer: vamos todos para a rua para o Orçamento não passar, porque nós, diziam eles, P"C"P, vamos apresentar para a semana uma moção de censura que vai deitar abaixo o Governo e mediante a qual o OGE não pode ser aprovado. Muitos trabalhadores acreditaram nisto, vieram para a manifestação convencidos que na semana seguinte o P"C"P ia pôr a moção de censura a deitar o Governo abaixo, chega-se à semana seguinte em que se fosse aprovada a moção de censura, a possibilidade do governo sobreviver e do Orçamento Geral do Estado ser aprovado era bastante mais diminuta e o P"C"P diz assim: Afinal meus amigos tenham paciência, a moção de censura fica adiada por 15 dias. Ou seja, o partido dito comunista conluiou-se, combinou-se com os demais partidos burgueses da Assembleia da República no sentido de não pôr a moção de censura, de possibilitar que o OGE passasse, de di

zer que é preciso um orçamento e portanto, todos eles estão de acordo, todos eles se puseram de acordo em não apresentar moções de censura, em não levantar ondas, e em deixar que o orçamento pudesse finalmente passar. E depois dizem: "como bem vêm, não pode haver governo sem orçamento, o orçamento de qualquer maneira é precisa". É evidente que isto é uma demagogia grosseira porque se há alguma coisa que não seja precisa é um orçamento que prevê um agravamento da inflação ^{de} mais de 30%, que prevê um agravamento em 40% dos impostos, que prevê um agravamento do desemprego. Quem não pode governar sem orçamento é o governo da burguesia, o capital, os exploradores é que precisam deste orçamento para governar. Os partidos da burguesia é quem não podem respirar sem orçamento, por isso eles deixam passar o orçamento, estão de acordo com o orçamento, dizem que não estão mas estão. Todos estão de acordo com a política do IV governo, dizem que não mas concordam em que o orçamento, que é uma espécie de conta de dividir dos lucros pelos diversos partidos exploradores, tem que ser aprovado, tem que ser adoptado porquese não a burguesia e os seus partidos não podem auferir os lucros que precisam. Eles deixam passar o OGE porque em primeiro lugar não têm diferença nenhuma essencial, divergência nenhuma essencial com a política do dr Mota Pinto, porque não têm divergência nenhuma essencial com as medidas contra os trabalhadores que o orçamento prevê e porque querem também mamar do orçamento, querem também ter um lugar à mesa do orçamento e partilhar dele e querem também, portanto, beneficiar da exploração que ele consagra. Todos os partidos da Assembleia da República por omissão, por acção, ou seja, quer por votarem a favor, quer por se absterem, mesmo quer por fingirem votar contra, todos se conluiaram para que fosse possível o IV governo manter-se, para que fosse possível o orçamento ser aprovado e para que fosse possível vir ser descarregada como vai ser, unaviolentíssima onda de medidas de exploração, de fome e de miséria que o orçamento deste IV governo consagra.

Foram eles que quiseram, foram eles que puseram lá o governo, foram eles que deixaram passar o orçamento e são eles que devem ser responsabilizados. Não devemos ter ilusões quando eles agora dizem que estão contra o orçamento, que estão contra o governo. Se estavam contra que tivessem derrubado o governo, se estavam contra não tivessem permitido que o orçamento passasse, se o permitiram é porque estão de acordo com ele. No entanto, também é preciso ver que esta política, este orçamento, este governo têm apoios da parte da burguesia regional, têm apoios da parte do Governo Regional do dr. Alberto Jardim, o governo do dr. João Jardim, o governo do PPD é um governo que apoia este orçamento. Porquê? Porque vai mamar ao orçamento, vai buscar ao nosso bolso, porque quem paga os impostos, quem paga as receitas do orçamento é quem trabalha, são os trabalhadores, são os camponeses, são os operários, são os empregados que fazem as receitas, porque mesmo os capitalistas que também são tributados quando o imposto cai por cima deles, eles fazem aumentar os preços e portanto vão buscar ao preço dos produtos aquilo que têm de pagar no imposto e quem paga o preço do produto é o consumidor, é quem trabalha, quem no fundo paga o aumento dos impostos. É quem trabalha, não é mais ninguém. Portanto, é evidente que tudo o que é explorador neste país está de acordo que o orçamento tem de passar e é por isso que a Assembleia da República na realidade o deixou passar. E aqui também o governo do dr. Jardim está de acordo que é preciso um orçamento, está de acordo que o orçamento tem de passar, e está de acordo com a política do IV governo, há algumas coisas que contesta, mas essa política quanto ao essencial satisfá-lo.

O governo do PPD, o governo do dr. Jardim na Madeira diz que é um governo a favor da autonomia, em favor da Federação de Estados e mesmo ninguém desconhece que o dr. Jardim está pública e manifestamente ligado às actividades dos separatistas na Madeira. Quanto a isto gostaria de dizer que o nosso Partido tem uma posição de princípio bem definida. Nós achamos que dadas as características geográficas, políticas e económicas da Madeira o arquipélago deve poder gozar de uma verdadeira autonomia política e económica. Deve poder ter a possibilidade de gerir com grande autonomia os seus recursos no interesse do povo madeirense. Aqui parece até que nós estamos de acordo com o dr. Jardim: ele está de acordo com a autonomia, nós estamos de acordo com a autonomia. É uma aparência. Porque a classe do dr. Jardim quer uma autonomia e a classe operária e o povo da Madeira querem outra autonomia. Qual é a autonomia que quer a classe do dr. Jardim? Quer esta autonomia: quer a autonomia de serem eles só a explorar o povo da Madeira sem que a burguesia do continente meta cá a pata: Querem ser eles os únicos intermediários dos imperialistas na exploração

da Madeira e por isso não querem cá a burguesia do continente. Ou seja, o motivo, o que faz correr a burguesia regional quanto à sua política de autonomia não é o povo da Madeira poder decidir que impostos é que existem, poder vigiar e controlar a política de desenvolvimento económico, poder fiscalizar as leis, poder fiscalizar a actividade do governo, poder traçar o seu próprio plano de desenvolvimento com autonomia, pela sua cabeça e com as suas forças. Nada disso! O GR quer autonomia? Mas algum trabalhador da Madeira tem a possibilidade de interferir nos planos que eles estão a fabricar para o aeroporto, para o turismo, para o desenvolvimento económico, para a colónia, para a agricultura? Algum trabalhador da Madeira foi alguma vez chamado a dar a sua opinião sobre os planos do dr. Jardim e do PPD? Nenhum foi! É evidente, portanto, que a autonomia que defende o dr. Jardim é uma autonomia substancialmente diferente daquela que nós defendemos e que entendemos que o povo da Madeira deve defender. Porque é que a burguesia da Madeira quer a autonomia? Quer a autonomia pelo seguinte: do que é que a burguesia regional da Madeira, o partido que apoia o dr. Jardim, a classe que está por detrás dele vive? Vive das receitas do turismo, dos impostos que são lançados sobre a importação, principalmente sobre as importações e exportações e vive das remessas dos emigrantes. Portanto, é uma burguesia que não faz nada, tem todos os defeitos de ser burguesia e não tem nenhuma vantagem, se é que há vantagens em o ser. Quer dizer, é uma burguesia que não investe na indústria, não investe no progresso do arquipélago, que não cria novas actividades económicas, que não contribui para o progresso económico e social. Vive da gosma! Os ingleses e os americanos exportam para cá produtos e eles metem metade ao bolso. Os emigrantes vão para a Venezuela, Argentina, para os Estados Unidos, para meio mundo, da Madeira meia Madeira foi para a emigração, mandam as receitas do seu trabalho para cá e a burguesia regional mete metade ao bolso. Os grandes empórios do turismo fazem cá grandes unidades hoteleiras, auferem fabulosos lucros, exportam os lucros para os países deles e a burguesia regional mete metade ao bolso. A burguesia regional não investe no desenvolvimento da indústria, a burguesia regional não cria novas indústrias, não tem uma política de crédito para apoiar a agricultura, não fornece instrumentos e meios de trabalho aos camponeses, não tem uma política que permita criar riqueza. A burguesia regional quer unicamente que as actividades económicas desta região sejam aquelas que lhes permitem viver à gosma, que lhes permitem viver da parasitagem e que permitem viver à custa, como uma sanguessuga, das actividades dos imperialistas cá na Madeira. É por isso que as três grandes políticas da burguesia regional são estas: o turismo, o porto franco e o aeroporto.

Alguma vez ouviram falar o dr. Jardim que é preciso desenvolver a indústria média e a indústria pesada na Madeira? Que é preciso desenvolver industrialmente a agricultura? Que é preciso criar riqueza? Nada disso! O milagre económico da Madeira para a burguesia regional e dr. Jardim é o turismo, o porto franco e o aeroporto. Vejamos cada um destes casos.

O Turismo é uma falsa indústria!

O Turismo é uma falsa indústria. O turismo não cria riqueza, primeiro porque quem são os donos dos hotéis e do turismo? São as grandes imperialistas estrangeiras que chegam cá, faziam um hotel gigantesco, pegam nos lubros que aquilo dá, exportam tudo para os países deles e não fica cá nada. Alguém já ouviu falar nalguma empresa agrícola, nalguma fábrica, nalgum factor de desenvolvimento que seja fruto da aplicação dos lucros do turismo à Madeira? Nunca ninguém ouviu! Os lucros do turismo são todos para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para a França, para a Alemanha e cá não fica nada. Mas eles dizem: que o turismo dá trabalho. Isso é uma aparência, porque dá trabalho quando dá, porque quando há crises económicas, quando na Europa e nos Estados Unidos a actividade económica decresce, quando a crise do capitalismo avança logo diminui a actividade turística, as pessoas saem menos e portanto o turismo vai ao ar. Se a actividade económica corre bem, há turismo, se corre mal, não há turismo e a economia da Madeira fica sujeita ao que os capitalistas

~~quiserem fazer cá. Se os imperialistas nos fazem por exemplo, uma exigência e dizem:~~
queremos deitar mão a um determinado sector da economia. E se há um Governo Patriótico que diz : não queremos, isso é nosso, isso é para nós explorarmos a nosso proveito, os imperialistas dizem : corta o turismo para a Madeira, e fica a Madeira sem turismo. Será que isto é uma fonte de desenvolvimento económico ? Será que o turismo pode ser considerado como um factor seguro e sólido de desenvolvimento da economia regional ? Não ? O turismo assim apresentado como um milagre salvador da Madeira, não é verdade ! Agora o dr. Jardim já só fala no turismo e antigamente ainda dizia que era preciso desenvolver a agricultura. O turismo é uma coisa que coloca o povo da Madeira, e o País completamente nas mãos dos grandes trustes, das grandes indústrias e dos grandes capitalistas hoteleiros. Se eles quiserem, se nós fizermos a vontade, se nós ajoalharmos a quatro patas perante eles, eles dão-nos uma migalha, mas se eles quiserem também nos podem tirar tudo, é evidente ! O Governo do dr. Jardim fala em Autonomia, fala até em independência da Madeira, mas diz que a actividade económica principal da Madeira é o turismo, mediante a qual (a economia da Madeira) fica completamente nas mãos dos capitalistas estrangeiros. É esta a noção de independência que eles têm. Mas eles porque é que querem a independência ? Porque têm uma parte dos lucros do turismo, vão-nos lá buscar através dos impostos, e é por isso que eles dizem que o turismo é importante, porque eles também beneficiam disso, mas não beneficia o povo trabalhador da Madeira porque desembarcam aqui uns milhares de turistas que são bocas que comem mas que não trabalham, mas que aumentam os preços de tudo o que se come aqui, e portanto, o turismo não só não é uma actividade mediante a qual se possa consolidar a economia do arquipélago, mas é uma actividade que traz carestia, que traz fome, que traz dificuldades ao povo da Madeira e que traz em prego quando traz, é uma actividade que não é nossa, é uma actividade que nós não podemos agarrar, que não está nas nossas mãos, depende na generalidade dos capitalistas estrangeiros.

A quem serve o Porto Franco ?

Depois eles dizem: o segundo milagre para salvar a Madeira é o Porto Franco. É evidente que isto é uma falsidade e é mesmo o contrário da Autonomia da Madeira. O que é o Porto Franco ? O Porto Franco é poderem os imperialistas, os estrangeiros chegarem com os seus barcos, com os seus aviões, e desembarcarem na Madeira sem pagar impostos alfandegários, todos os produtos que quiserem. É evidente que tudo o que é pequena indústria, pequeno comércio, pequena actividade económica aqui na Madeira, fica completamente sumergida pela invasão dos produtos imperialistas estrangeiros que não têm de pagar impostos alfandegários, e que são colocados na Madeira a preços inferiores àqueles que a indústria local, e que o comércio local consegue produzir e, portanto, o que isto significa é a asfixia económica da Madeira. O Porto Franco, é cortar as pernas a qualquer possibilidade de aqui se desenvolver uma indústria, um comércio, uma agricultura, porque as grandes empresas imperialistas têm grandes unidades internacionais e desembarcam aqui na Madeira a preços absolutamente sem concorrência, tudo o que eles quiserem se não houver uma taxa alfandegária, se não houver impostos que protejam a actividade económica da Madeira. Significa que eles asfixiam pela concorrência tudo aquilo que aqui se quiser criar dentro e, portanto, é evidente que isto é o contrário da Autonomia, isto é exactamente liquidar a Autonomia, liquidar qualquer possibilidade de a Madeira se levantar do ponto de vista económico, ter uma indústria, ter uma agricultura e ter um comércio que sejam minimamente úteis à comunidade. A política do Porto Franco a quem é que convém ? Exactamente à gosma do Governo Regional do dr. Jardim. Porque ? Porque eles beneficiam dos impostos sobre as importações, porque eles têm interesse no comércio de exportação e importação, porque eles têm interesse em que esses produtos entrem cá porque têm percentagem e portanto o Porto Franco é um grande negócio para uma pequena minoria de parasitas da Madeira, mas é um péssimo negócio para os interesses económicos do arquipélago, para qualquer possibilidade da produção industrial e comercial do arquipélago se poder desenvolver. Ainda há pouco o meu camarada focou um caso, que é o caso de uma indústria alimentar, de massas, que está fechada, e proibida de se desenvol-

ver aqui na Madeira enquanto que o arquipélago tem que importar géneros alimentícios. Mais de metade do que se come na Madeira é importado. Porquê ? Porque exactamente e existe o interesse do Governo, existe uma classe que está no governo que beneficia das importações, que beneficia deste negócio de importações-exportações, que beneficia desse comércio, que é um comércio ruinoso para a autonomia regional, ruinoso para o desenvolvimento económico, industrial e agrícola da região, mas que beneficia eles.

O problema do Aeroporto é um falso problema!

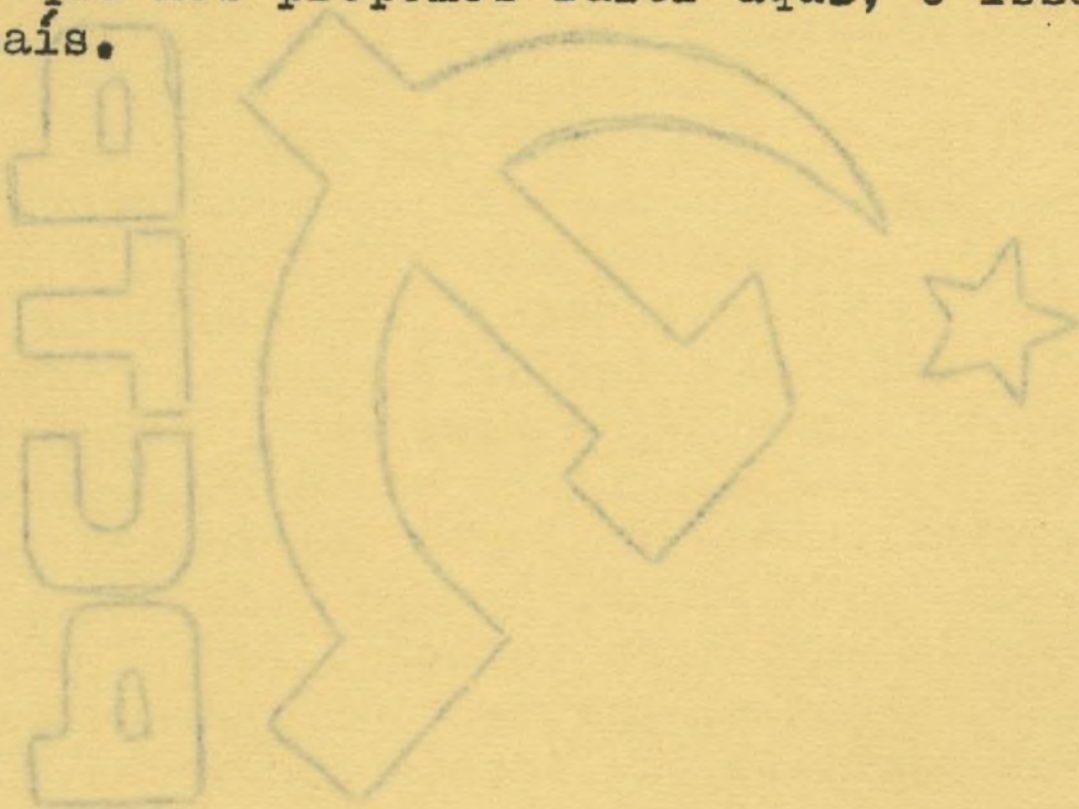
O 3º grande milagre económico da Madeira é o aeroporto.

O dr. Jardim surge mesmo agora associado ao projecto do aeroporto no Santo da Serra, projecto de aeroporto que se liga a interesses suecos. A burguesia regional tenta ligar-se ao imperialismo estrangeiro para poder tentar caminhar pelas próprias pernas. Antes de mais, nós queríamos deixar bem claro que entendemos que a Madeira deve ter um aeroporto seguro e em condições, mas é evidente que o aeroporto é uma santa questão levantada pelo Governo Regional. Eles dizem assim: "O aeroporto no Santo da Serra". O aeroporto no Santo da Serra é demagogia. Primeiro, porque no Santo da Serra em metade do ano faz nevoeiro e não há condições climatéricas e meteorológicas para fazer ali um aeroporto. Segundo, porque fazer um aeroporto no Santo da Serra significa destruir uma das partes mais importantes do ponto de vista ecológico da Madeira, e não há dúvida que para um Governo Regional que diz que o turismo é a grande salvação da Madeira, destruir o Santo da Serra para lá meter um aeroporto é, pelo menos, um crime contra o turismo, um crime contra a natureza e mesmo contra a ecologia da Madeira.

O problema do aeroporto é um problema que é posto pelos industriais da hotelaria. Eles dizem: "o turismo é que salva a Madeira, portanto faça-se um aeroporto para que os turistas venham cá". Nós, comunistas, já dissemos que não concordamos que o turismo é que salva a Madeira, pelo contrário, achamos que o turismo põe a Madeira de rastos perante o capital estrangeiro, não é uma verdadeira indústria, não é uma verdadeira riqueza que contribua para a Madeira andar nas próprias pernas. O turismo é uma indústria dependente e, portanto, o problema do aeroporto colocado nestes termos é um falso problema, e as soluções que eles apresentam nenhuma delas na realidade vai trazer um aeroporto decente, aliás, a Madeira tem um aeroporto decente, o arquipélago tem um aeroporto decente que é o do Porto Santo, um aeroporto com condições que é subutilizado, porque é um aeroporto dependente da NATO, faz parte do sistema defensivo da NATO e daí não poder ser tanto utilizado, e se eles projectam investir num novo aeroporto dezenas de milhares de contos, então porque não fazer um aproveitamento racional do aeroporto do Porto Santo e estabelecer ligações através de hidro-planadores ou através de outro sistema com a Madeira, porque esse aeroporto é um aeroporto internacional com condições e aplicar as dezenas de milhares de contos que se não gasta no aumento do aeroporto sem qualquer prespectivas no desenvolvimento económico, nos investimentos económicos que possam desenvolver a economia, a indústria e a agricultura da região em termos dela poder marchar na base das próprias pernas ? É evidente que nós entendemos que este terceiro problema, que é o do aeroporto, que é também um falso problema, a burguesia regional quer exactamente continuar a alimentar-se como um parasita das actividades de saque e exploração do capital estrangeiro, quer continuar a ter as migalhas daquilo que os imperialistas cá vêm deixar, mas não quer dar à Madeira uma verdadeira Autonomia, não quer dar à Madeira as pernas com que ela ande, não quer levantar uma indústria como deve ser, nem uma agricultura como deve ser, não quer resolver nenhum problema. Senão vejamos: O que é que o G.Regional do dr. Jardim que era o campeão da Autonomia e da independência da Madeira, o que é que ele fez para resolver o problema da terra ? Não é verdade que o problema da terra, o problema da habitação da terra do sistema feudal da colónia, da dependência aos senhorios ricos, esse sistema que impede a agricultura de se concentrar de se modernizar, de se industrializar e se desenvolver, essa liquidação do regime feudal da terra não está feita ? Não é verdade que a burguesia regional está feita com os senhorios ricos impediu que se aprovasse uma lei da colónia que na realidade permitisse abrir o campo e o espaço para uma verdadeira li

bertação do camponês, pequenos e médios que se podiam juntar, ter uma política de crédito agrícola, ter possibilidades de acesso a maquinaria e desenvolver industrialmente a agricultura por forma a ela poder exportar, não a alimentar o povo da Madeira, como concorrer internacionalmente? Não é verdade que é exactamente o sistema feudal de colónia e de pequena propriedade que impede que isso aconteça e não é verdade que essa é a política da burguesia regional? Que aprovou uma lei da colónia que impede qualquer hipótese de a terra se libertar se unir e desenvolver? O que é que fez o G. Regional para satisfazer as reivindicações de quem trabalha? Não é verdade que os trabalhadores da Madeira continuam a ser tratados como trabalhadores de segunda? Que têm salários inferiores aos do Continente, que têm portarias e contratos de trabalho diferentes dos do Continente? O que é que faz o G. Regional? O G. R. está satisfeitiíssimo com isso, porque isso é uma maneira de continuar a explorar. Quanto menos ganhar o trabalhador da Madeira mais ganha o Governo do dr. João Jardim e eles estão de acordo com isso. Então se há Autonomia, que Autonomia é essa do G. R. que permite que as portarias, que os contratos colectivos, que as convenções de trabalho continuem a ser umas no Continente e outras na Madeira? Isso convém-lhes! Para resolver estes problemas já não há Autonomia, já não há estados federados, já não há independência. Nenhum problema essencial da satisfação dos interesses da agricultura, do pequeno e médio agricultor, do trabalhador, do operário, do desenvolvimento da indústria da agricultura e economia encontrou solução. Porquê? Porque a classe que está no poder está contra essas soluções, porque a classe que está no poder alimenta-se, come, engorda e vive dum política que impede que essas soluções sejam aprovadas. Só substituindo um tal Governo, um tal partido, uma tal classe no poder é possível edificar na Madeira uma verdadeira Autonomia Regional, porque nós pensamos que na realidade essa Autonomia Regional é necessária mas o conceito de Autonomia que nós temos é que os trabalhadores possam controlar os planos de desenvolvimento que existam para a Madeira, que os trabalhadores possam controlar a produção que os trabalhadores e aplicar uma lei que na realidade liberte a terra e liberte o pequeno e médio campesinato, permita juntá-lo e uni-lo em cooperativas, permita mecanizar a agricultura e desenvolvê-la. O que nós pensamos é que a verdadeira Autonomia é os trabalhadores da Madeira poderem decidir dos seus impostos, poderem decidir dos seus programas, poderem decidir do Governo que querem ter e neste momento só na aparência existe. A Autonomia que quer a burguesia regional é a Autonomia que impede a Autonomia, é a Autonomia que permite a uma pequena minoria de parasitas continuarem a engordar mas que impede à Madeira, o povo da Madeira, de levantar a cabeça de se organizar de se unir ao povo do Continente para impôr na realidade uma mudança de política que satisfaça os seus interesses e as suas necessidades. Nós pensamos que paralelamente a uma larga Autonomia política e económica para o povo da Madeira, mas uma Autonomia no interesse do povo, que signifique que o povo sabe para onde vai, seja dono do seu destino e saiba para onde vai o dinheiro, o povo saber como é que se vão fazer os investimentos, o povo saber como é que a indústria vai ser montada, o povo decidir sobre isso nas empresas e através dos seus organismos de trabalhadores, sindicais, etc, que aplique a lei das 40 horas, que nacionalize o capital estrangeiro, que faça uma reforma agrária, que permita ao pequeno e médio camponês unir-se e portanto ser dono da sua terra e sua produção. Nós pensamos que uma verdadeira autonomia que é uma autonomia justa, existe de braço dado em união com os trabalhadores do continente, existe de braço dado em unidade com a classe operária, com a unidade nacional de quem trabalha portus independência que o povo do continente precisa, é a independência de, tanto no continente como aqui, não estar sujeito aos ditames do FMI, às ordens do imperialismo estrangeiro, não ver a sua produção económica, industrial e agrícola asfixiada pelos produtos que os capitalistas estrangeiros cá metem, não ver a possibilidade de a economia ser gerida pelo povo quer do continente quer da Madeira, ver essa possibilidade aniquilada pelo saque imperialista estrangeiro. A independência que o povo da Madeira precisa é a mesma que a do continente. Precisamos estar unidos pela nossa independência face ao imperialismo estrangeiro, face aos lacaios do imperialismo estrangeiro. Esta independência, é uma independência, é uma independência que faz tanto falta cá como faz falta lá, a classe operária da Madeira, os trabalhadores da Madeira e os trabalhadores do continente, quanto a isso estão unidos. A classe operária e os trabalhadores da Madeira precisam de uma ampla autonomia, mas essa autonomia não se opõe, antes pelo contrário, é correlativa dum estreita unidade entre quem trabalha cá e lá contra os nossos inimigos, porque a burguesia regional e a burguesia do continente são uma só classe que oprime o povo do continente e o povo da Madeira, que oprime o povo português no seu conjunto

independentemente das parcelas de território onde se encontra. A autonomia regional da Madeira é uma exigência popular que o nosso Partido é o único a defender com consequência, porque não é a autonomia da barriguismo mas é a autonomia dos interesses de quem trabalha mas essa autonomia vem de braço dado e é correlativa com a unidade do proletariado, dos camponese e de que trabalha no continente e na Madeira por um programa político de conjunto que permita ao nosso país ser independente tanto lá como cá do domínio estrangeiro e da exploração estrangeira. É isso que nos propomos fazer lá, é isso que nos propomos fazer aqui, é isso que nos propomos fazer no conjunto do nosso país.



ABM

ARQUIVO REGIONAL E

BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA